

MST e a luta pela terra: o fazer educativo e político no sentido da coletividade

Juana Terumi Herculano Tatsukawa (UERN)
E-mail: juanatatsukawa@alu.uern.br

Iasmin da Costa Marinho (UERN)
E-mail: iasmincosta@uern.br

Emanuela Rútila Monteiro Chaves (UERN)
E-mail: emanuelarutila@uern.br

Introdução

O trabalho ora apresentado é fruto de pesquisa de monografia intitulada: “Crianças na luta pela terra do Acampamento Cirilo de Oliveira: (re)existências políticas em cenários de tirania” (TATSUKAWA, 2022), e tem como objetivo apresentar breve revisão de literatura sobre a luta do Movimento Sem Terra (MST) e seu fazer educativo e político para construção do sentido de coletividade.

Enquanto procedimentos metodológicos, este trabalho é de abordagem qualitativa de pesquisa, combinando técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Assim, os referenciais utilizados nesse trabalho são: Caldart (2001), Gohn (2000), Martins (2000) e Ri e Vieitez (2004).

Conhecendo o Movimento Sem Terra e sua luta

Quando falamos sobre o Movimento Sem Terra e a luta pela terra, primeiramente temos que compreender que o MST faz parte do que conhecemos enquanto Movimentos Sociais. As lutas com pautas sociais baseiam-se em um movimento que passa constantemente por mudanças de acordo com o contexto social, cultural e político ao qual está envolvido, buscando sempre uma mudança para substituir os preceitos já considerados como “velhos” (GOHN, 2000, p. 13)

Compreendendo a história de resistência no Brasil, houve uma forte participação popular em relação à reivindicação de seus direitos a partir da construção de um governo popular no período de 1945 a 1964, onde dentre esses movimentos surgiram dois com as pautas da terra, as Ligas Camponesas (Nordeste) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master (Sul) (GOHN, 2000, p. 17).

Com o golpe de 64, houve uma grande desmobilização dos movimentos em decorrência da perseguição contra as minorias, mas no final dos anos 80 com o fim da Ditadura Militar, os movimentos sociais voltam a surgir e a crescer a partir da mobilização daqueles(as) que esperavam e lutavam pela mudança, pela revolução.

Diante da mudança de cenário, surge o MST e inicia-se então uma nova jornada de luta para todos aqueles (as) que defendem o direito à terra e a reforma agrária popular. Sobre todo o processo de criação do MST, Caldart (2001) aborda que de 21 a 24 de janeiro de 1984 ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra – Cascavel/Paraná, consequência direta da luta pela terra que já estava sendo pautada de 1979 à 1984 (CALDART, 2001, p. 207).

O primeiro grande acampamento que foi levantado nas margens de uma estrada foi no final dos anos 70 e sendo construído na ocupação das terras nas fazendas de Macali e Brilhante, na Encruzilhada Natalino, e pensado estrategicamente para ser localizado em um ponto geográfico que coligasse as maiores cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o que conseqüentemente geraria visibilidade pública para o Movimento e para a população acampada (MST, 2014).

Já o primeiro acampamento levantado pelo MST enquanto movimento organizado aconteceu a partir de uma outra grande ocupação que ocorreu em 29 de outubro de 1985, com ponto na

Encruzilhada da Barca para ocupar a Fazenda Annoni-Rio Grande do Sul¹.

Uma das principais pautas de luta do MST é a luta pela reforma agrária popular, justamente por causa da grande concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários. Então, inicialmente compreendemos que a palavra “reforma” sugere a importância da mudança, “agrária” remete à terra e às posses, enquanto “popular” traz justamente a ideia do povo.

Ademais, Martins (2000) fala sobre como a reforma agrária é afetada pela política partidária e pelas disputas de interesses, assim como os encaminhamentos gerados a partir do diálogo e as negociações, ou da falta destas, direcionam o rumo do movimento, ao falar que “Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade” (MARTINS, 2000, p. 107).

Uma das principais pautas do MST, mas não única, é a luta pela terra, em que segundo o Estatuto da Terra, promulgado por meio da Lei de Nº4.504/64, em seu Art. 2º, dispõe que “É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei” (BRASIL, 1964). Portanto, torna-se possível afirmar a partir disto que o direito à posse da terra em sua função social é assegurado para todas as pessoas. Porém, a propriedade privada capitalista da terra, pautada na lógica da acumulação, desconsidera o atendimento das necessidades humanas o que leva a necessidade da luta por ocupação.

¹Apesar de já existirem acampamentos antes da grande ocupação em 1985, estes não eram articulados e organizados por meio do Movimento Sem Terra. A primeira ocupação do MST foi justamente a da Encruzilhada da Barca por meio da Fazenda Annoni que há anos não produzia em suas terras.

A luta pela terra começa da base, das raízes do movimento que buscam um local para serem enraizadas, nos acampamentos e nos assentamentos que estão espalhados por todo o mundo, espaços esses que são da base da organicidade do movimento. Segundo Ri e Vieitez (2004, p. 46), o acampamento é um espaço de luta, de sobrevivência e de reflexo da vida social, que organiza e prepara a ocupação da terra, enquanto o assentamento surge a partir do momento em que a terra já está conquistada, partindo então para a produção de bens e a divisão do trabalho.

Além disto, outro ponto importante de se destacar diz respeito ao direito à educação por aqueles que lá estão acampados ou assentados, onde a Lei Nº9.394/96, em seu Art. 1º da LDB, “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Garantir o acesso à educação para todas as pessoas é o básico necessário para o enfrentamento das desigualdades sociais, dando condições também de assistência e permanência para que as crianças possam aprender não apenas os conteúdos curriculares, mas também políticos, culturais e sociais. Todavia, o ensino oficial das instituições educativas possui relações diretas com as ideologias impostas pela classe dominante.

Em decorrência deste fato, o MST possui uma própria forma de organização, não desconsiderando a importância da educação formal, mas também com um certo enfoque na influência da formação política para o movimento, bem como técnica, econômica e social. A escola do MST almeja cada vez mais ouvir a própria história, estudar sobre o próprio movimento, mas também para a formação de militantes que sejam politicamente conscientes e com uma formação que seja técnica, mas que também seja coletiva.

Considerações Finais

Para compreender o MST, primeiramente temos que entender o papel de luta política de um movimento onde as pessoas que o compõem enfrentam inúmeras dificuldades por consequência das desigualdades sociais e das vulnerabilidades geradas a partir da privação do direito à terra, fazendo com que o movimento desenvolva uma organicidade de base dentro dos acampamentos e dos assentamentos, construindo a identidade dos Sem Terra e do MST na luta pela reforma agrária popular e também por uma educação de caráter político e social.

Portanto, é preciso seguirmos lutando e esperando por um movimento coletivo e transformador, com a pauta de uma educação transformadora e revolucionária, tornando imprescindível que a partir da luta, da resistência e da (re)existência, seja construída uma cultura política revolucionária em nosso país.

Referências Bibliográficas

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 15, n. 43, p. 207-224, dez. 2001.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ongs e terceiro setor. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 11, 9 jun. 2000.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social*; **Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999

RI, Neusa Maria da; VIEITEZ, Candido Giraldez. A educação do movimento dos sem-terra. **Revista Brasileira de Educação**, S.I., v. 0, n. 26, p. 44-57, maio 2004.